

Teorias da Geopolítica e sua Aplicabilidade à Atualidade

Carlos Manuel Mendes Dias

Coronel do Exército, Mestre em Estratégia e Doutor na especialidade de Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Docente da Academia Militar nas áreas da Estratégia, da Geopolítica, das Relações Internacionais e da Liderança.

Resumo

O artigo que se segue procura corresponder à finalidade que se pensa descortinar da temática que lhe dá título, isto é, evidenciar relações entre ação atual e teorizações de natureza geopolítica.

O texto sustentou-se num conjunto de pressupostos e a opção tomada foi aquela que privilegiou um conjunto de letras curioso, encadeado e conseqüente, pensa-se, sem navegar pelas fossas abissais do pormenor ou das explicações exaustivas da teoria.

Por sua vez, demos mais corpo ao clássico por gosto pessoal e porque não existe um presente sem um passado e, por conseguinte, não se deve ostracizar ou mesmo esquecer o último, sob pena de não possuímos a necessária ferramenta intelectual para percebermos o molde em que hoje estamos inseridos, nem um modelo de análise que consiga desvendar racionalidade nos caminhos que propomos para o futuro.

Iniciamos o texto pelo seu átrio, esforçamo-nos de seguida para o desenvolvermos para, à laia de momento último, efetuarmos sintéticas considerações finais.

Abstract

Theories of Geopolitics and its Current Applicability

The following article tries to correspond to the purpose that can be inferred from its title, that is, to put in evidence relations between current actions and theorizations of geopolitical nature.

This paper is based on a set of assumptions and the option taken was the one that privileged a chained and consequent set of ideas, without navigating the abyssal depths of the detail or the exhaustive explanations of a theory.

Because there is no present without a past, one should not ostracize or even forget the latter. Otherwise we do not have the necessary intellectual tools to perceive the framework we are inserted in.

We begin the essay through its atrium, and then strive to develop it to make synthetic final considerations.

1. Átrio

O assunto a que fomos chamados a dedicar alguma reflexão e fazê-la transportar para onde as letras adquirem vida parece, julga-se, de complexidade indutora de afastamento, não só para aqueles que como nós somos apenas curiosos sobre essa «coisa da geopolítica», mas também para o vulgar cidadão que não terá tempo, nem paciência, para nele se esgotar, até porque o alimento está arrumado numa prateleira tão longínqua das preocupações diárias, que nem sequer é lembrado que o possuímos.

Só que tal alimento não se encontra estático na prateleira; ele prolifera, convive connosco amiúde, nas suas múltiplas dimensões e de maneira permanente. O termo «atualidade», presente no título com que nos prenderam, recorda-nos exatamente isso, escondendo-nos, em simultâneo, o facto de que por essa “evidente evidência”, a perigosa cegueira encontra terreno rico para existir, onde por vezes se faz acompanhar pela ideia de uma intelectualidade inatingível.

Mas tal não é e será por isso (ou também por isso), que percebemos esta oportunidade como um desafio de simplificação, tão possível, quanto suficiente que, para ser enfrentado foi moldado pelos seguintes pressupostos: i) a existência de conhecimento, mesmo que seja na generalidade, do acervo teórico que será forçado à colação; ii) do reconhecimento da importância de teoria abundantemente desenvolvida para a tomada de linhas de ação por parte dos diferentes grupos políticos, que a usa (a teoria) como fonte de inspiração justificativa, reduzindo muitas vezes a tipicidade do científico ao seu elemento prático¹; iii) a aproximação feita neste articulado não entrará pelas portas da(s) finalidade(s) mais ou menos utilitárias (associe-se, também, com pressuposto anterior) que terão ditado pensamentos feitos teorias; e, finalmente iv) afastaremos o lugar importante e, por esse motivo, o afirmamos, da cientificidade inerente ao significado de «teoria», pela natureza e exigência ditados pelo contexto deste pequeno esforço escrito.

Procuraremos aspetos que convivem connosco com irritante frequência, que de uma maneira ou de outra, estiveram (estão) ligados, até com caráter de estranha permanência, nalgumas teorizações de natureza geopolítica.

2. Desenvolvimento

A China parece ter assinalado o cinquentenário da chegada do Homem à Lua com a materialização da possibilidade de vermos aquilo que o satélite da Terra oculta, na face que até agora os nossos olhos feitos máquinas, não conseguiam ver nem estudar. Estamos a falar da alunagem da missão Chang’e 4. O acontecimento aqui recordado serve-nos, não somente para lembrar a relação da geopolítica com a assumida fonte estrutural do “poder” e com o próprio “poder”, mas também para

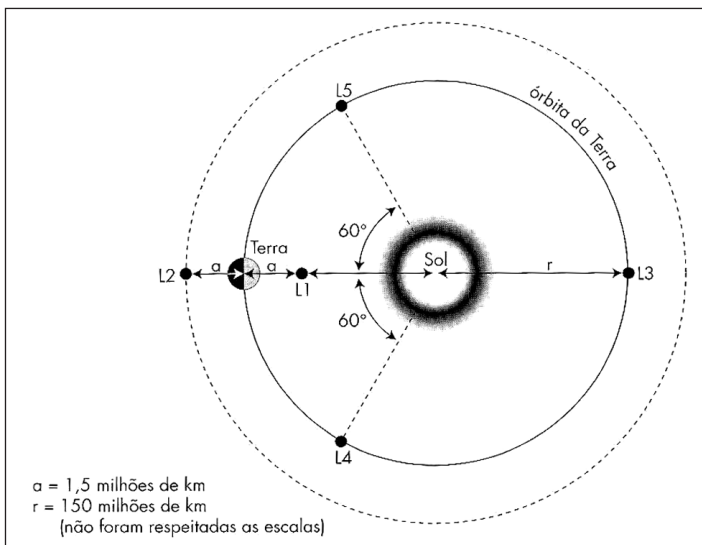
1 Apenas para contextualizar e no campo das matérias esquisitas, como a estratégia, ler Dias e Sequeira (2015, pp. 68-69).

identificar elementos, tão presentes nesta maratona de alguns anos, como pululantes em teorizações que, por exemplo, se encaixam, no domínio do elegante e forte “classicismo geopolítico”.

O arrojado chinês incluiu a utilização – com instalação prévia de um satélite retransmissor – de um dos designados pontos de Lagrange – são cinco na totalidade; conforme figura 1 –, localizações situadas a distâncias da ordem dos milhões de quilômetros do planeta azul e que, por efeito da anulação dos efeitos gravitacionais da Terra e da Lua, induzem estabilidade gravitacional a quem orbite à sua volta e, já agora, por imanência, ostracizam o consumo de combustível.

O ponto selecionado, segundo Sá (2019, p. 82), foi o L2 que, juntamente com o L1², são aqueles que se localizam sobre a linha que une os centros do Sol e da Terra. Curiosamente ou nem por isso, segundo Dias (2012, p. 180) “No ponto L2 ou seu torno, melhor dizendo, parece estar planeada a colocação do telescópio espacial «James Webb», até porque parece ter «muito melhor vista» sobre o Universo e não só. Do ponto de vista da colocação do telescópio, não existem muitas dúvidas das vantagens em ser aí posicionado, dado que, a Terra, obstruindo parte do Sol, também suaviza o calor daí proveniente, protegendo a instrumentação do poderoso instrumento”.

Figura 1 – Os pontos de Lagrange



Fonte: Cotardiè e Penot (2003, p. 258).

2 De acordo com Dias (2012, p. 180), “De qualquer maneira (...), refira-se que o satélite «Soho» que tem como finalidade contribuir para o estudo do Sol e da heliosfera, foi colocado em Dezembro de 1995 a gravitar em torno de L1...”.

Por utilização das acrescidas possibilidades que tais localizações podem oferecer, parece intuitiva a relação com ideários geopolíticos classicistas como por exemplo, aquele que nos é oferecido pelo norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e a importância alocada a espaços/locais, que pelas suas características viam crescer o seu valor funcional; não parece despidendo podermos associar as faculdades que os pontos de Lagrange oferecem ao pensamento do teorizador do Poder Naval, particularmente, em matéria de *choke points* e do significado primacial que a existência de bases de apoio possuíam.

A ideia já foi por nós traduzida em Dias (2012, p. 200), por ocasião da reflexão tida a propósito da obra de Dolman (2002) e da sua tentativa de projetar para a dimensão Espacial, alguma teorização geopolítica designada de clássica, designadamente no que se refere a Mahan e a Halford John Mackinder (1861-1947).

Assim, retomando Lagrange e Mahan não deixaremos de citar (2012, p. 200), a bem da honestidade e do rigor, sobre a aplicação da teoria e as sequelas teóricas (os tais pontos) deixadas pelo autor das equações que traduzem a relação entre o potencial perturbador e as variações dos quatro elementos de órbita kepleriana: “a importância atribuída a localizações onde se possam erguer bases de apoio que, para além da simplificação do esforço logístico, incluindo o militar, facilitariam o controlo das próprias rotas comerciais; a materialização de «choke points»³ e a ideia de que para dominar o Espaço não é necessária a onnipresença; será obrigatório sim o controlo dos «gargalos» existentes, diminuindo-se certamente o dispêndio de toda a tipologia de recursos”.

Para além desta matéria, a tentativa de projeção que se anunciou mereceu maior empenho na nossa análise e, o que nos parece importante apontar, é o da existência, na nossa opinião e acauteladas distância e contexto históricos, de pontos de contato entre o teorizado em 2012 e as reflexões de referência de Mackinder e de Mahan.

Dadas as características inerentes a um texto desta natureza, não ocuparemos mais espaço com aquilo que procurámos objetivar à altura, mas identificaremos Dias (2012, pp. 192-201), como a fonte a utilizar para quem quiser beber tais elementos de contato (tais como a utilização e importância atribuída aos fatores físico, recursos naturais e circulação) e, já agora, o que se evidencia como de clara inaplicabilidade.

Esta subida aos céus, ao permitir referenciar Mackinder, forçou-nos, de imediato, à instintiva lembrança da importância da grande massa terrestre dominante que seria

3 Segundo Friedman (2010, p. 228) “As batalhas serão travadas pelo controlo do espaço de órbita baixa, do espaço geostacionários, dos pontos lagrangianos (...). Com tratados ou sem eles, onde quer que vá a humanidade, vai a guerra. E uma vez que a humanidade irá para o espaço, haverá uma guerra no espaço”.

necessário controlar, ou seja, a Eurásia (Europa + Ásia)⁴. Também aditar, apenas para ficar dito, que a base geográfica do britânico foi, em grande medida, a mesma usada por Haushofer (1869-1946) e, saltando tempo, também a de Brzezinski (1997).

Eurásia que terá entrado de novo em erupção, pelo menos, em ideia (também escrita), como origem e fim de *duellum* entre os diferentes grupos políticos que gesticulam na “arena internacional”, como se comprova, por exemplo, pelo despertar constatado por Mações (2018).

Acautelando a realidade nova rebocada pelo final da Guerra Fria e o definimento da conhecida bipolaridade de então – por força do necessário peso da História –, parece candente aludir que os avanços fronteiriços iniciados pelo Czar Pedro, o Grande, nunca teriam sido decididos, se este tivesse, por magia, adivinhado, que chegada esta altura, tal pele delimitadora do território do urso, iria evidenciar emagrecimento que traduz imagem territorial existente anterior à expansão; afinal, foi com a sua vitória sobre os turcos em 1696, que o Mar Negro ficou ao seu alcance –, o controlo de tal espaço não deixa de acompanhar ideia relativa, mesmo que ingenuamente possamos não querer ou manifestar, à investida chinesa vestida de seda e usando todos os adereços do poder. Ligando-se na sua pureza à Europa e até, depois, a outros territórios como o Ártico e até a Antártida.

O exemplo chinês, que não ostraciza pensamento sobre tal mesmo raciocínio, na essência, isto é, o controlo da grande massa terrestre do planeta, por parte do gigante norte-americano – relembrem-se tradicionais aliados dos EUA e suas localizações, nas franjas daquela massa, como nos dita Brzezinski ou o posicionamento do poder naval dos EUA ao longo dos oceanos e mares do mundo – e russo, traz-nos à memória não somente os autores e teorizações já identificados a este propósito, mas também, por exemplo, Spykman (1893-1943) que nos transmitia que seria nesse grande domínio terrestre – a massa eurasiática ou “mundo velho” – onde se decidiria o poder universal (Dias, 2018).

Importaria ainda referir ou chamar à atenção, que a expressão “grande massa terrestre dominante” arrasta forçosamente análise sobre os fatores geopolíticos que dela “emanam”, nas teorizações, a seus tempos, elencadas, que não libertam pesos de recursos naturais, de demografia, de qualidade de grupos políticos, particularmente, os estatais poderosos, e do contrapeso.

A anterior cautela apontada dá-nos conta, paradoxalmente, até com certo arrojo, das mudanças tidas lá para os lados do Mar Negro e do Mar Cáspio. Iremos prosseguir com o primeiro, por utilidade, diríamos académica, para este conjunto de palavras, referindo o caso da Ucrânia, problemática candente nos nossos dias.

4 O instinto até propiciou outras memórias que se afigurariam úteis para os nossos propósitos, mas por maior utilidade, na sequência do caminho que escolhemos trilhar, selecionámos a “Eurásia”.

A sua existência independente, que tornou a Rússia mais dependente, no espaço do Mar Negro, com alusão direta a Odessa, o principal porto da Ucrânia, e Sebastopol – que, cumulativamente, são peças importantes para o acesso a mares de temperaturas mais acaloradas –, a sua posição de separadora ou de interposição entre a Rússia e a Alemanha, proibindo o urso de tomar caminho direto para a potência europeia central, sem ter que pagar tributo e o, dizemos, valor funcional permanente para a Europa que a sua localização configura, por colagem geográfica à sofredora Polónia, para além da sua riqueza em recursos, tão importantes, como tão esquecidos, como os alimentares (em particular, cereais) permite-nos estabelecer inúmeras relações com diferentes “modelos teóricos”; faremos síntese de algumas, dado o contexto: i) o assunto do acesso aos mares, neste enquadramento, presente em várias deambulações de raciocínio escrito, como as de Raoul Castex (1878-1968) ou as de Jaume Vicens Vives (1910-1960); ii) a “fuga” da Ucrânia para Leste corporizaria, de novo, a circunstância de constituir a Polónia como fronteira da Europa a Leste; conjuntura conhecida de inúmeras dificuldades de outrora e que, com a circunstância recente na Ucrânia, levou à musculação dessas zonas fronteiriças através da presença da NATO – de que falaremos também em sintéticos parágrafos mais à frente neste nosso texto – em cumprimento de missões integradas num *framework* em que a própria designação produz instintivo pensamento; é o caso das *assurance measures*. Objetivamente, a Ucrânia é hoje território centro de atenções e, cumulativamente, foco de conflito entre a Rússia e diríamos, o conjunto ocidental.

Mas, aproveitamos a ideia, não para a reiterar, mas para relembrar o grande corredor de mobilidade de Halford Mackinder, no qual a geografia física polaca se insere; sim, está na grande planície europeia, que tem “ponta” em França, num espraiar que passa para lá dos domínios russos;

iii) o entendimento de pivô geopolítico de Brzezinski (1997) e importância dos atores que nele se materializavam, celebrizado no seu *The Grand Chessboard*, mas que em abono de algum rigor, já vinha pelo menos de 1987, como podemos com curiosidade e interesse, “absorver”, no seu *Game Plan* – aliás, tal como o significado primordial atribuído à Eurásia –, traduzido originalmente do inglês com o título *EUA-URSS. O Grande Desafio*.

Não é despendendo, nesta nossa tentativa escrita, de dar conta, dos pivôs geopolíticos de Brzezinski, até pela sua conduta e posicionamentos atuais na contemporaneidade; eram eles: Ucrânia, Azerbaijão, Turquia, Irão e Coreia do Sul.

O elemento líquido como fonte estrutural do “poder”, como nos puderam dar conta os clássicos Mahan e Castex, também não tem sido esquecido, dadas as evidências, por exemplo e particularmente, dos esforços russos, chineses e indianos na busca do acréscimo do seu poder militar naval, não somente para garantia e conforme o caso de que estivermos a tratar, de manutenção de soberanias ou de sua reclamação, mas também no sentido de assegurar acessos ao mar (ou mesmo forçá-

-los) e de garantir a segurança das grandes linhas de comunicação marítimas, com permanente preocupação virada para os gargalos de sempre – Suez, Panamá, Gibraltar, Malaca, Sunda, Aden, Mancha, Messina, Sicília, os designados por Mahan como os estreitos centrais do Mediterrâneo, entre outros, são nomes que entraram na nossa convivência, quase diária – e onde o posicionamento – fator posição – dos atores em terra assume contornos de essencialidade, como pudemos mencionar em Dias (2018, pp. 121-122) a propósito do pensamento do almirante americano referenciado acima: “Do ponto de vista global, a posição inglesa constituía-se como ponto estratégico, dado que ligava o Norte da Europa ao Oceano Atlântico. Acresce menção ao efetivo domínio inglês em quatro «choke points» de relevo: o Canal Inglês e mar do Norte, o Estreito de Gibraltar e o Canal do Suez; desta forma, os britânicos podiam controlar as principais portas de acesso ao continente o que, em conjugação com o facto da inexistência de outro poder marítimo localizado fora da Europa, conferia aos britânicos a liderança dos mares”.

No que se refere ao fator geopolítico “posição”, que em sede de enquadramento teórico fornecido por Alfred Thayer Mahan, é tido ainda como “elemento básico do poder marítimo”, a análise também considera, entre outras questões, a tendência que se reforça ou que a isso pode levar para a constituição de um poder marítimo, a possibilidade de acesso a mares livres, circunstância inexistente, por exemplo, no caso chinês e o significado que se associa ao posicionamento japonês e de outros rosários de ilhas semeados para Norte e para Sul; Portugal, pelo contrário, configura a “geografia física” vantajosa, para sair em liberdade aos sabores do vento e das ondas.

Sobre esta matéria – em concreto, a posição – é para nós também pertinente mencionar a teorização do almirante Raoul Castex (1878-1968), que integra clara e objetivamente a ideia do significado importante da posição de países como Portugal, Inglaterra, França e Espanha, como força que os impeliu para conviver com a espuma dos mares.

Mas mais significativo para nós e, julga-se, para os nossos leitores, é a sua teoria das “posições geobloqueantes”, onde também se encaixa as aludidas menções à localização japonesa e aos tais rosários e ilhas, que poderão constituir apoios fundamentais para o bloqueio marítimo às rotas comerciais – ex.: Indonésia, Filipinas, entre outros atores⁵.

Até Karl Haushofer (1869-1946), na sua conhecida conceção de “Pan-Região”, fez respeitar a exigência de acesso ao mar.

5 “Ainda com base no racional apresentado, conclui [Castex] que a estratégia naval francesa seria sempre condicionada pela Espanha que, fruto da sua posição geobloqueante pode controlar as frotas francesas do Atlântico e do Mediterrâneo, interferindo mesmo, se necessário, nas suas possibilidades e capacidade de concentração” (Dias, 2018, p. 128).

Em contexto, é útil, do nosso ponto de vista, referir os espaços marítimos do Índico e do Pacífico como futuros “teatros” de maior tensão, mas aproveitamos as referências do parágrafo anterior, para as projetarmos para ao Ártico e dar-lhes a mesma aplicabilidade. O acaso que se vai materializando com maior vigor, à possibilidade de cruzar o mar outrora todo branco e quase inexpugnável (incluindo do ponto de vista militar), impossibilitando acesso a poderes marítimos pelo Norte ao *Heartland* de Mackinder, poupando tempo e dinheiro, traduz a configuração de mais uma importante linha de comunicação marítima que importa os interessados utilizar e, por imanência, garantir a sua segurança, até na perspectiva de evitar que outros a possam usar – a negação do território.

A existência abundante de recursos naturais estratégicos apimenta as interações entre os diferentes grupos políticos – que reclamam para si “territórios em profundidade” – e o fator geopolítico “posição” joga em grande favor da Rússia, sem esquecer o Canadá; e, por isso, para fazer do inóspito um local mais aprazível, para ocupar território, para erigir e melhorar pontos de apoio, militares e civis, para estender um pouco desta iniciativa ao *hinterland*, o *arktos* continentaliza – movendo populações; até, quiçá, “dando uso a autóctones”; afinal, em maior latitude de pensamento, o que significou o transiberiano noutros tempos, também referido por Mackinder – com dedução até para a evolução técnica e tecnológica –, senão outra coisa do que promover a continentalização de um gigante territorial?

E a preocupação com as grandes linhas de comunicação marítimas e a sua negação a outros, não se encontra também latente na teoria dos poderes conjugados de Spykman e na sua conceção de *Rimland*? A referida zona de amortecimento e/ou contenção dos poderes da Terra, para além de anfíbia, não era controladora da grande rota marítima/linha de comunicação marítima, que liga o Báltico a Okhotsk? Já que chegámos ao Ártico, parece agora mais habitual perceber a “carta” de maneira diferente, na justa medida da utilização de “visões polares” ou, melhor dizendo, de projeções polares, como o fez, de novo, Spykman (Dias, 2018, pp. 154-155) e, em linha com o nosso articulado, o aviador militar russo Alexander Nikolaievich Prokofiev de Seversky (1894-1974), que avançou raciocínio no sentido de afirmação da região polar como “espaço de batalha” onde se travariam de razões o Novo e o Velho Mundo; por curiosidade trazida pela reflexão de Friedman (2015, pp. 57-58), o primeiro simbolizado pelo Cabo de Sagres e o segundo pelo Cabo de São Vicente ou *Promontorium Sacrum* para os romanos, que acreditavam que ali acabava o mundo.

Dada a óbvia impossibilidade de escalpelizar as teorias, julga-se, no entanto relevante, lembrar as concebidas áreas de hegemonias das potências em confronto; os EUA viam na maior parte da sua extensão a América Latina como fonte de reserva de matérias-primas alimentadoras das suas indústrias, enquanto a União Soviética percebia o mesmo relativamente aos territórios africano e do Sudeste Asiático,

curiosamente ou nem por isso, espaços *Shatterbelt* em teoria bem sustentada de Saul Cohen (1925-...), até pelo menos 1991.

Não deixa de ser tão interessante, quanto evidente, a prática da ideia – trazida por Severson nas suas áreas de hegemonia – quer na contemporaneidade, quer bem fundo no tempo histórico, alterando-se grupos políticos que com afã a praticam e acautelando o enquadramento teórico identificado; mas em boa verdade, o que se busca é o acréscimo das dimensões tangíveis do “poder”; incluindo-se a aquisição de terra arável, dando tradução aos muitas vezes esquecidos recursos alimentares, que importa não verem o elemento de criticidade a si alocado.

O Médio Oriente e toda a problemática associada tem estado sempre na ordem do dia e já há muitos anos, apresentando curioso e rico rasto histórico; mesmo para o comum dos cidadãos, trata-se de assunto de riquezas naturais, trata-se de assunto de controlo de territórios e sua reivindicação; trata-se de assunto de religião; trata-se de assunto de direito à existência; trata-se de assunto de etnias; trata-se de assunto de controlo de água; trata-se de assunto de outros atores, para além daqueles que por essas terras perigosas convivem, com particular realce, para as grandes potências com necessidade, apetência e porque não dizer capacidade e até finalidade, de exercerem controlo regional e até mais que isso; trata-se de assunto de diversidade e de divisão; afinal, trata-se de assunto de fragmentação.

Tantos assuntos, em complexo e farto conjunto fornecedor de matéria-prima para a Ciência Política, com a componente “GEO” como coadjuvante, com a tipicidade de neles interferirem e por eles travarem-se de razões, as potências globais ou de primeira grandeza, na linguagem do teorizador dos poderes conjugados, dominadoras e/ou controladoras dos seus diferenciados espaços.

O fornecimento, como verificamos, é diário e, por conseguinte, a circunstância deixa de o ser, pela teimosa convivência da permanência, justificando o teorizado por Cohen, que mantém o Médio Oriente como *Shatterbelt*.

A pequena referência à abundante complicação no Médio Oriente induz-nos à tomada de alguma palavra sobre nova conjuntura, pelo menos na contemporaneidade, configurada pelo final da Guerra Fria, por curiosidade, não só, mas também na região central da Eurásia, diríamos, isto é, lá para os lados do Cáspio. A indução também se justifica, por intervenções de diferentes atores naquele espaço, caracterizados pelo “ão” no nome; podemos até estender o território objeto à área caucásica, visto também se terem ionizado os eletrões denominados Geórgia, Arménia e Azerbaijão – lembrem-se do pivô geopolítico de Brzezinski, bem posicionado para bloquear a área da Ásia Central e da bacia do Cáspio? E, já agora, também um separador entre a Rússia e o Irão; Cáucaso que por sua vez, importaria não deixar a amnésia prosseguir caminho, é, muito por determinação geográfica, a fronteira entre dois “impérios” ou atores poderosos, tão robustos, quanto históricos: o turco e o russo (Friedman, 2010, pp. 140-141).

Brzezinski (2004) é, de novo, explícito, ao afirmar que a intervenção primacial norte-americana, no sentido de manter preponderância na massa terrestre dominante – Eurásia – deve ser efetuada numa região que denominou de Balcãs Globais – em arrastamento e atualização dos Balcãs Eurasiáticos⁶ de 1997 –, integrando atores como Arábia Saudita, Irão, Iraque, Afeganistão, Qatar, Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turquemenistão. Não será por mero acaso, certamente, que para além de outras razões, a relação da potência do Novo Mundo com a Turquia venha a ser gerida com pinças (a Turquia estará num prato da balança, que vê no outro prato o Irão), tal como acontece com a Índia, em virtude de se poder vir a constituir como um aliado (não tradicional) para aquela zona, como também nos avança o ex-secretário de estado polaco, na obra de 2004.

Fazendo jus ao prometido anteriormente, optávamos agora por efetuar nótula relativa à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN ou NATO no acrónimo em inglês –, que fará os seus setenta anos este ano e que encontrou justificação de natureza geopolítica no conhecido conceito de Midland Ocean, integrado na última evolução da teorização de Halford Mackinder apresentada em 1943 na revista *Foreign Affairs* no articulado intitulado “The round world and the winning of the peace”, assente na busca de um contrapeso ao *heartland* russo, os EUA, desde que este ator mantivesse a efetiva capacidade de intervenção no espaço europeu⁷.

De maneira sintética, as recentes missões da NATO em territórios bálticos e nas fronteiras Leste da Europa, reiterando afirmação anterior “com algumas ações sendo solicitadas por aqueles países fronteiriços com o território do macho das ursos das constelações” vieram dar conta ou traduziram a necessidade, ainda, de sua existência na defesa da “Europa”, num esforço partilhado, mas não ignorante, quer sobre a indispensabilidade atrás focada, quer sobre a utilidade para os norte-americanos, na justa medida em que através daquela Organização Internacional, evita potenciar ou promover eventual isolamento relativo ao espaço europeu e maior dificuldade de aceder à própria massa terrestre eurasiática.

6 “...por duas razões principais: por gerador de grande parte da turbulência existente na massa continental dominante, sobre tudo no espaço geográfico entre a Europa e o Extremo Oriente e por poder materializar-se como o espaço onde o choque com o mundo islâmico tem maiores probabilidades de acontecer” (Dias, 2006, p. 227).

7 “Curiosamente ou nem por isso, Virgílio de Carvalho, num artigo publicado no *Diário de Notícias* [abordando assunto associado à unificação da Alemanha] do dia 06 de agosto de 2002 afirmava que mesmo a França e a Grã-Bretanha juntas não conseguiriam fazer frente a uma eventual Alemanha com tendências expansionistas, necessitando sempre da retaguarda americana, pensamento perfeitamente idêntico ao de Mackinder, plasmado na sua teoria do Midland Ocean (...). Outra ótica de abordagem do «problema» alemão, pode ser a francesa, que vê na integração europeia a forma de evitar que a Alemanha se possa configurar como ameaça” (Kissinger, 2001, *apud* Dias, 2010, p. 117).

A ideia encapotada por detrás do parágrafo anterior é aquela que grassou, mesmo na “Europa” sobre o propósito ou razão de existência da Aliança, em virtude do equivalente oposto ter desaparecido; na altura, grande parte da discussão sofreu efeitos de ventos, muitos deles empobrecidos de conteúdo, dado o enriquecimento de algum discurso político superficial (felizmente que nem todo); a consequente elasticidade da discussão incluiu a utilidade do espreguiçar para Leste e assim foi...o vácuo deixou de o ser, por força do conhecido alargamento

Aludimos ao assunto, não somente devido à modernidade da ação da NATO, não somente devido às maiores dificuldades de entendimento no seu seio – circunstância que se esperaria, porque quantos mais houver, maior divergência, pelo menos no plano da tese, é imanência –, mas também para a obrigatória referência à discussão feita por Henry Kissinger, no seu livro de 2001 que, em abono do rigor, já vinha alavancada pelas reflexões escritas na sua “Diplomacia” que, do nosso ponto de vista identifica, no plano concetual, a questão; continuaria a NATO a constituir-se uma Aliança, ou estaria a transformar-se num sistema de segurança coletiva?⁸

Talvez por isto, em situações de impossibilidade de entendimento que obviam uma posição unânime, alguns dos seus elementos admitam agir sozinhos ou em, como se costuma intelectualmente designar, coligações de geometria variável; e às vezes até se avança com estas soluções, para depois, analisada a circunstância no pós sofrimento de dano prático inerente à ação, a organização anunciar a sua concordância.

Importa ainda apontar as interações existentes, desde pelo menos o ano de 2013, entre a UE e os EUA no sentido da criação de uma Área de Comércio Livre Transatlântica que, e sem pronúncia sobre tipicidades económicas, financeiras e comerciais e eventuais fragilidades competitivas, elencadas com relação a outros espaços e mercados, que importa colmatar, vem revelar da possibilidade de configuração de outro mecanismo, para além da NATO, de parceria transatlântica, talvez por sequela desta, diria, nova identidade europeia.

Não deixa de ser interessante dizer que também estas matérias já vinham sendo anunciadas por Henry Kissinger (1923-...) na sua pertinente e já aludida obra datada de 2001, onde sugeria, fundamentadamente, a revitalização da parceria atlântica e propunha uma nova estrutura para as relações atlânticas, assente nas dimensões política – um Grupo de Direção Atlântica –, militar – NATO como organização de referência – e económica – Área de Comércio Livre Transatlântica –,

8 “O ponto fraco da segurança coletiva reside no facto de os interesses raramente serem uniformes e a segurança realmente raramente ser una. Assim, é mais provável que os membros de um sistema geral de segurança coletiva concordem na inação do que na ação conjunta; ...” (Kissinger, 1996, p. 76).

afirmando assim que a NATO já não era suficiente para assegurar um elo transatlântico robusto.

3. Considerações finais

O caminho que nos trouxe até aqui prolonga-se para territórios distantes, impossíveis de alcançar pela limitação de recursos a que nos sujeitamos em empreendimentos desta índole. Muito ficou por associar; muito ficou por conjugar, uma panóplia de ações, tão diversa, quanto numerosa, ficou por apreciar e por procurar sustentação em teorização tida desse nome.

Por outro lado, o fundo saco de pormenores, de circunstâncias e de contextos, assim como de outras particularidades, incluindo a da diversidade teórica à nossa disposição e a diferentes escalas, torna-se barreira intransponível, a não ser que fossemos possuidores das capacidades da rainha Daenerys da casa de Targaryen da série *A Guerra dos Tronos*, que também nos ensina alguma coisa, sobre assunto de geopolítica, tal como acontece com o *Senhor dos Anéis* e o *duellum* pela Terra Média.

Navegando pelos mares da tecnologia, seria também interessante fundearmos de vez em quando, para refletirmos sobre a importância decisiva que o fator tecnológico já assume e assumirá no futuro, no (re)desenhar das dinâmicas de “poder” e até mesmo na obtenção de equilíbrios de “poder”, incluindo aquelas cujas forças se revelam à escala global; ficará para a próxima. Só que a ideia futurista, tem-no sido como tal ao longo dos tempos e bem referida em teorização antiga, como no caso de Mackinder, que também não deixou de alardear a necessária complementaridade entre componentes – no caso e em contexto, terrestre e marítima.

Esta relação/interação entre componentes tem-se desenvolvido ao longo do nosso tempo e, independentemente, da maior ou menor preponderância que se possa atribuir a qualquer delas, o que é seguro afirmar é que o “poder” mais completo tem sido procurado, com os diferentes grupos políticos a trabalhar nas suas diferentes fontes estruturais – Terra, Mar, Ar, Espaço Exterior e Ciberespaço⁹ –, obviamente dependendo de outras variáveis, como a própria localização/posição, mas buscando ação mais coordenada e integrada¹⁰, por um lado e, por outro, a reconhecer a sua multidimensionalidade.

Neste momento final, parece tempestivo recordar um pensamento que «correu» ao longo do texto e para quem não tenha dele dado conta; é que entrando no campo da Geopolítica, estamos a falar de “poder”, elemento central da Ciência Política; é a

9 Para uma primeira aproximação à temática da geopolítica e o ciberespaço, sugere-se Dias (2012, pp. 145-171).

10 Associe-se até, pese embora a necessária prudência, como o “novo” conceito do multi-domínio que, no campo das operações militares se vem desenvolvendo desde 2012, numa dita evolução concetual do *Air-Sea Battle* (Pires, 2018).

polis tida como ponto referencial da política, é certo, mas encarada como seu objeto material, expressão que surge inseparável da irmã formal (a Ciência Política).

Estamos assim a falar da obtenção, da conservação, do reforço, da fragilização de “poder”; porventura, situamo-nos no domínio da política no seu sentido mais técnico.

Dizer ainda nestas palavras finais, que privilegiámos o classicismo geopolítico, na justa medida em que os elementos iniciais da sua fundação mantêm perfeita atualidade; a essencialidade do território, os recursos naturais, a posição, configuração e dimensão.

Finalmente, sim...acabar; fazê-lo de uma forma que já utilizámos algumas vezes, mas que por a considerarmos tão ajustada, outrora, como hoje, e tão presente em teorizações conhecidas, como na ação que as vê hoje aplicadas; aqui vai citando-se Bessa e Dias (2007, p. 15):

“Sendo uma disciplina científica que trabalha em prol da Ciência Política, que pode fazer a Geopolítica? Em primeiro lugar dar-nos um conhecimento íntegro sobre o planeta nos seus aspetos políticos menos agradáveis. E em segundo, dar-nos a hipóteses de traçar quadros para o pior, oferecendo-nos o melhor, propiciando-nos os instrumentos para analisar, sem enganar e sem vãs desculpas.

Com a mesma facilidade com que foi entendida, em tempos e em determinadas conjunturas, de Ciência para a Guerra, de Ciência para a Paz, a Geopolítica pode ser percebida também como a Ciência para os Equilíbrios e, no fundo, com o conhecimento projetado sobre representações, percepções e realidade, oferece-nos matrizes e modelos caracterizados pela inteligibilidade, ferramenta principal da compreensão.

Conhecem melhor utensílio para começar a escavar um projecto claramente humano?

É como tal que nós a entendemos e é justamente com isso que nos congratulamos”.
E lembrando o nosso átrio, ficou assim...

Referências bibliográficas

Bessa, A. e Dias, C., 2007. *O Salto do Tigre – Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio.

Brzezinski, Z., 2004. *The Choice. Global Domination or Global Leadership*. Nova Iorque: Basic Books.

Brzezinski, Z., 1997. *The Grand Chessboard – American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Nova Iorque: Basic Books.

Brzezinski, Z., 1987. *EUA-URSS. O Grande Desafio*. Rio de Janeiro: Nórdica.

Cotardièrre, P. e Penot, J., 2003. *Dicionário de Astronomia e do Espaço*. Lisboa: Didáctica Editora.

- Dias, C., 2018. *Geopolítica. Conceptualização Clássica*. Faro: Sílabas e Desafios.
- Dias, C., 2012. *Geopolítica. Velhas mas novas aproximações e o contrário*. Aveiro: Mare Liberum.
- Dias, C., 2006. *Kissinger e Brzezinski*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. e Sequeira, J., 2015. *Estratégia. Fundamentos teóricos*. Lisboa: Letras Itinerantes.
- Dolman, E., 2002. *Astropolitik: Classical Geopolitics in the Space Age*. Portland: Frank Cass Publishers.
- Friedman, G., 2015. *Focos de Tensão*. Lisboa: D. Quixote.
- Friedman, G., 2010. *Os próximos 100 anos*. Lisboa: Livros d'Hoje, Publicações Dom Quixote.
- Kissinger, H., 2001. *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century?* Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Kissinger, H., 1996. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.
- Mações, B., 2018. *O despertar da Eurásia*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Pires, N., 2018. *O conceito multi-domínio e as possíveis aplicações às Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Sá, S., 2019. A conquista chinesa do lado oculto. *Revista Visão*. Lisboa: Lisgráfica, pp. 82-83.